

Mesquita quer ocupação racional da Amazônia

Brasília — Na primeira entrevista coletiva que concedeu como presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, ontem à tarde, Fernando César Mesquita deixou claro qual será sua política para a Região Amazônica. Também não escondeu seu pensamento sobre a internacionalização da área e a política ambiental dos países capitalistas.

— Os financiamentos oficiais para investimentos na Amazônia foram suspensos pelo Presidente Sarney temporariamente. É preciso, primeiramente, fazer um amplo estudo dos projetos agropecuários para a região para só depois decidir. Não pensemos que somos contra os investimentos. Somos contra o conservacionismo puro e simples e a favor da exploração racional da região, afirmou diante de uma atenta plateia de jornalistas, inclusive estrangeiros.

Ao comentar a divulgação de diversos relatórios sobre a devastação e a poluição na Amazônia, elabo-

rados por entidades ecológicas de todo o mundo, Mesquita foi definitivo.

— Nós não rejeitamos ajuda vinda do exterior, mas o Brasil não aceita de forma alguma pressões internacionais do planeta.

No entanto, a possibilidade de internacionalização de uma área na Amazônia não foi totalmente afastada.

— Em princípio, as autoridades brasileiras não concordam com a internacionalização. O governo decidirá esta questão.

O presidente do Instituto foi convidado e aceitou participar do Encontro Nacional dos Povos Indígenas que será realizado em Altamira, no Pará, dos dias 20 a 24 próximos, para discutir as consequências da inundação de cem mil hectares da Amazônia para construção de hidrelétricas.

— Esta é uma reunião importante e eu vou participar. Não creio que deva ser encarada como um protesto das tribos e nem que haja incidentes. (AJB)

Foto Antônio José



Índios Kayapó lideram a reunião das tribos do Xingu

Abaixo-assinado alemão condena Balbina e pede apoio a índios

Ricardo Arnt

Representantes da Campanha pela Vida na Amazônia, uma coalizão de 15 grupos ambientalistas da Alemanha Federal, entregaram, à embaixada do Brasil, em Bonn, um abaixo-assinado, firmado por 9.130 pessoas, condenando a entrada em funcionamento, na quarta-feira passada, da usina hidroelétrica de Balbina, 146 quilômetros a nordeste de Manaus. Os signatários pedem providências ao governo brasileiro para a proteção dos índios Waimiri Atroari e das florestas tropicais afetadas pela obra.

O abaixo-assinado, recebido pelo conselheiro da embaixada, Stélio Marcos Amarante, observa que "vários governos brasileiros vêm descumprindo, nos últimos anos, a exigência constitucional e legal de proteger os índios e o meio ambiente" e assinala que "para os índios Waimiri Atroari, a usina de Balbina é o momento culminante dessa política". O brasileiro Cláudio Moser, 28 anos, gaúcho, mestrado de Teologia na Universidade de Bonn, ressaltou que o abaixo-assinado foi organizado por brasileiros residentes na Alemanha e ecologistas alemães.

Exigência — "Excelência — diz o documento enviado ao presidente José Sarney —, para evitar mais sofrimentos para os Waimiri Atroari e danos ainda maiores à ecologia, exigimos que o enchimento do lago não seja levado a termo". A usina de Balbina, afirmam os signatários, não é rentável, não vai produzir 250 megawatts que prometeu, está inundando sumariamente 2.360km² de floresta e provocará impactos ambientais negativos em toda a região, entre os quais a

proliferação de vetores da malária e esquistossomose.

O documento descreve, sumariamente, as agressões sofridas pelos Waimiri Atroari, acentuadas, a partir de 1968, pela construção da BR-174, Manaus-Caracarái, que atravessou seu território, induzindo-os à resistência armada contra as frentes de pacificação. Em 1971, a criação da Reserva Waimiri Atroari significou a diminuição de 75% do território original do grupo. De 1974 a 1981, doenças transmitidas pelos brancos reduziram a população indígena de 3 mil para 1 mil indivíduos. Em 1981, um decreto presidencial desfez a Reserva e subtraiu-lhe 526 mil hectares, parcialmente incorporados pela Mineração Taboca, do grupo Paranapanema. A mina de Pitinga, uma das maiores minas de estanho do mundo, funciona, hoje, onde, em 1986, havia uma aldeia Waimiri Atroari. "Desde 1983, a empresa Paranapanema vêm retirando estanho da antiga terra Waimiri Atroari e poluindo o rio Pitinga com dejetos", afirma o abaixo-assinado.

O documento resalta que a própria Secretaria Especial do Meio Ambiente já criticou a usina de Balbina e pede ao governo brasileiro providências básicas para a defesa dos direitos espoliados dos indígenas: demarcação e homologação da Reserva Waimiri Atroari, proteção judicial de fato e reconhecimento do direito dos índios escolherem seus próprios advogados. Os signatários do abaixo-assinado alemão pedem também que as autoridades brasileiras permitam que os representantes do Conselho Indigenista Missionário, Egidio e Doroth Schwade, afastados da Reserva Waimiri Atroari em dezembro de 1986, possam retomar o trabalho missionário na área. (AJB)

Pimenta contra internacionalização

Belo Horizonte — "A sociedade brasileira tem de impedir, de todas as formas, a realização de qualquer acordo de redução da dívida externa que implique na presença de organismos internacionais na Amazônia", alertou o prefeito desta capital, Pimenta da Veiga, do PSDB. Ele denunciou a existência de uma "articulação" de governos europeus e norte-americanos e de entidades internacionais na tentativa de controlar parte do território brasileiro, atentando contra a soberania do país.

Pimenta da Veiga afirmou que os países ricos "afogaram" o Brasil em dívidas, para tentar controlar o território da Amazônia, em troca do não pagamento de parte deste débito. "Eles saquearam o país, aumentaram a dívida ilegalmente e agora querem utilizar a dívida como argumento para controlar nosso território", disse Pimenta da Veiga.

Ele afirmou que o PSDB defende que o Brasil só pague o que puder pagar, de acordo com o PIB e com o resultado das exportações, sem prejuízo para o país. A solução política para a dívida, segundo Pimenta, envolve negociação entre governos, com dilatação dos prazos de pagamento e redução dos juros a níveis baixis-

simos, de acordo com a real possibilidade de pagamento do país.

"O que a sociedade não pode aceitar é que usem o argumento da dívida para atentarem contra nossa soberania territorial. Ao contrário, devemos exigir que o pagamento da dívida seja reduzido a níveis justos, que permitam o investimento não só na preservação do meio ambiente, como em outros programas importantes para o país", defendeu Pimenta da Veiga.

Ele fez o desabafo na tarde de anteontem, em entrevista em que anunciou a realização, no próximo fim de semana, do primeiro Congresso Estadual do PSDB no país. Pimenta da Veiga confirmou o pre-lançamento na abertura do Congresso, da candidatura do senador paulista Mário Covas à Presidência da República e afirmou que seu partido não fará coligações, no primeiro turno. Disse que a possibilidade de o governador da Bahia, Waldir Pires, do PMDB, compor a chapa do PSDB é a cada dia mais remota. E assegurou que seu partido aceitará adesões à campanha de Covas, mas não vai "escancarar" (aceitar filiações com este objetivo) pois não quer se perder na ebulição eleitoral. (AJB)

Subsolo da Amazônia já tem donos

Antônio José

O médico e preservacionista Camillo Vianna, presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia, tem um argumento perfeito para neutralizar os alaridos sobre uma suposta articulação internacional no sentido de retirar a soberania nacional sobre a Amazônia, em troca do pagamento externo da dívida brasileira. Exibindo um mapa divulgado pela Coordenação Nacional dos Geólogos (Conage), ele sustenta que essa preocupação travestida de nacionalista é ridícula e vergonhosa. Enquanto as atenções, neste momento, se voltam para o solo amazônico — ameaçado pelas hidrelétricas e queimadas — o governo brasileiro é poupado da acusação de já ter entregue o subsolo às multinacionais, há muito.

O mapa da Conage indica que a boa parte do território amazônico foi liberada a grupos estrangeiros para pesquisa e exploração mineral, sem o conhecimento dos povos locais, razão pela qual, de acordo com Camillo Vianna, foram programadas seis hidrelétricas para o Vale do Rio Xingu, e que vão afun-

dar para sempre a fauna, a flora, o passado pré-histórico da região e parcela expressiva da reserva dos índios Kaiapó. Camillo Vianna não acredita que a Eletronorte seja capaz de levantar o potencial científico das áreas a serem inundadas. "Estamos lidando com bandidos, e é preciso dizer que além de tudo isso, o Brasil vai perder bilhões de dólares em madeira e minérios, que serão inundados".

Lembra o preservacionista que nem a nova Constituição, que veda a estrangeiros a exploração de bens minerais no País, será capaz de deter o saque ao subsolo amazônico. "De direito, as multinacionais podem estar fora, mas a questão é que elas colocarão testas-de-ferro no negócio e não vai sobrar nada dentro de 20 anos", prevê. Para Vianna, a única forma de explorar os recursos naturais da Amazônia sem agredir o meio ambiente seria suspender a construção da hidrelétrica de Kararaó, redefinir a política mineral, coibir radicalmente a exploração de madeiras e a abertura de novas áreas para pastagem. Como isso não será feito, que venha a ajuda internacional para salvar a maior floresta tropical do planeta.